

Editorial

O Brasil atravessa uma etapa *sui generis*. Os temas discutidos na imprensa nacional — entre a edição do primeiro e o segundo números desta revista — giram, basicamente, em torno de um só assunto: a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso. A imprensa nacional é, hoje, unânime em afirmar que o Brasil parou e espera que essa situação seja resolvida o mais rapidamente possível, para o bem do país. O governo chegou ao extremo de inventar um plantão ministerial para atender, em um fim de semana, pedidos de parlamentares.

O próprio presidente, que um dia foi contra a reeleição e no início de seu mandato afirmou que não se devia imiscuir em questões da exclusiva competência do Congresso Nacional, hoje convoca membros de um partido político que teve a ousadia de decidir, em convenção nacional e pelo voto de seus participantes, não apoiar a tese da reeleição. Dias depois, o presidente convocou os parlamentares desse partido e exigiu que adotem as posições do governo, mesmo contrariando a decisão democrática dos convencionais daquele grupo político.

A posição do governo, para modificar a Constituição naquilo que diz respeito à reeleição, é a de que um mandatário que está cumprindo suas funções satisfatoriamente merece que o povo possa reelegê-lo. A tese, na verdade, é correta... no geral — não quando exala o perfume de Chatô. Nesse caso, não escapa do — ética e

juridicamente — condenável ato de legislar em causa própria. E não deixa, também, de dar mostras de um exacerbado amor próprio. De fato, o presidente da República, na sua insistência em que a emenda inclua a eleição de 98, prova acreditar que ele é o único brasileiro, entre milhões de possíveis candidatos à presidência, a governar bem o Brasil. Ele, e ninguém mais (talvez por isso tenha afirmado, durante uma viagem, que o brasileiro não passa de um caipira). Não faz muito tempo, quando era senador, ou ministro, e as pesquisas de opinião eram favoráveis ao ex-operário Luís Ignácio (Lula) da Silva, o atual presidente era contra reeleição. Hoje, depois de ter abandonado a sobriedade que o cargo exige, chega, inclusive, a marcar a data da votação da emenda constitucional que lhe interessa. Quem te viu, e quem te vê...

Enquanto isso, o funcionário público continua a receber seu salário defasado e é obrigado, através do Programa de Demissões Voluntárias, a abandonar o serviço público. Tal direito, porém, é negado aos professores. Assim, por um lado, o governo reconhece que paga mal o funcionalismo e, por outro, obriga o professor a receber um salário esqualido ou demitir-se sem qualquer benefício.

Tudo isso ocorre no 'oba-oba!' da globalização. Abrem-se mercados, desregula-se a economia, privatizam-se empresas, estimula-se a iniciativa privada e a competitividade justa... (Ou,

